



Tribunal de Contas do Estado do Acre

Secretaria das Sessões



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO ACRE

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

A C Ó R D ã O Nº 8.035

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 17.178.2005-7-TCE (C/02 Anexos)
ASSUNTO: Prestação de Contas do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Acre – DERACRE, exercício de 2004.
RESPONSÁVEL: Senhor **Sérgio Yoshio Nakamura**
RELATOR: Conselheiro **Valmir Gomes Ribeiro**

Prestação de Contas. Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Acre. Não comprovação e demonstração dos rendimentos das aplicações financeiras que deram origem à Receita Patrimonial. Não comprovação da diferença entre o saldo e a conciliação. Incorreções e inconsistências no Balanço Patrimonial e no Demonstrativo das Variações Patrimoniais. Diferença a menor no Demonstrativo Sintético da movimentação de material no Almojarifado. Aquisição de bens móveis não lançados no Balanço Patrimonial. Irregularidade. Condenação. Ressarcimento.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, A C O R D A M os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: **1) considerar irregular** a Prestação de Contas do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Acre – DERACRE, exercício orçamentário e financeiro de 2004, de responsabilidade do Senhor **Sérgio Yoshio Nakamura**, Diretor Geral à época, com fulcro no inciso III, alíneas “a” e “b” do art. 51 da Lei Complementar Estadual nº 38/93, em face das seguintes falhas: **a)** não comprovação e demonstração dos rendimentos das aplicações financeiras que deram origem à Receita Patrimonial; e **b)** não comprovação da diferença entre o saldo e a conciliação, no valor de **R\$ 1.929.590,93** (um milhão, novecentos e vinte e nove mil, quinhentos e noventa reais e noventa e três centavos); **c)** incorreções e inconsistências no Balanço Patrimonial e no Demonstrativo das Variações Patrimoniais; e **d)** diferença a menor no Demonstrativo Sintético da movimentação de material no Almojarifado no valor de **R\$ 65.920,97** (sessenta e cinco mil, novecentos e vinte reais e noventa e sete centavos); e **e)** aquisição de bens móveis não lançados no Balanço Patrimonial no valor de **R\$ 763.015,26** (setecentos e sessenta e três mil, quinze reais e vinte e seis centavos); **2) condenar** o Senhor **Sérgio Yoshio Nakamura**, com fulcro no art. 54 da LCE nº 38/93 e art. 37, § 5º da Constituição Federal a ressarcir aos cofres da Instituição (**DERACRE**) o valor de **R\$ 2.697.761,68** (dois milhões, seiscentos e noventa e sete mil, setecentos e sessenta e um reais e sessenta e oito centavos), atualizado monetariamente, acrescido dos juros de mora devidos, assinalando o **prazo de 30 (trinta) dias** para o efetivo recolhimento, tendo em vista que a não comprovação dos saldos bancários apresentados no Balanço Financeiro e a não contabilização de parte dos bens móveis adquiridos no exercício, configura danos ao erário; e **3) Deixar** de



Tribunal de Contas do Estado do Acre
Secretaria das Sessões



Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

(A C Ó R D ã O Nº 8.035 – FL. 02)

aplicar multa prevista no art. 88 da Lei Orgânica deste Tribunal em virtude do instituto da prescrição. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos. Ausente, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro José Augusto Araújo de Faria.....

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre

Rio Branco – Acre, 06 de dezembro de 2012

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**
Presidente do TCE/ACRE

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**
Relator

Fui presente:

JOÃO IZIDRO DE MELO NETO
Procurador-Chefe do M.P.E/TCE/ACRE